

PESQUISA NACIONAL DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: RELEVÂNCIA, RESULTADOS E PRINCIPAIS DESAFIOS^{1,2}

Ariadne Scalfoni Rigo³
Laís Francine Nascimento de Jesus⁴
Laerson Morais Silva Lopes⁵
Jeová Torres Silva Júnior⁶
Elaine Aparecida Araújo⁷

1 INTRODUÇÃO

O microcrédito, principal produto das microfinanças, vem sendo visto como importante mecanismo para a amenização da pobreza em vários países. No Brasil, muitas políticas e programas de apoio ao microcrédito começaram a ser pensados e implementados desde a década de 1990, o que envolve uma diversidade de atores institucionais públicos e privados. Dados recentes mostram que o volume de crédito representava 26% do produto interno bruto (PIB) brasileiro em dezembro de 2002, atingindo a marca de 45,2% do PIB em 2008 (Mora, 2015). De acordo com Mora (2015, p. 13-14), o crédito à pessoa física “cresceu de 9 p.p. [pontos percentuais] do PIB em dezembro de 2002, para 21 p.p. do PIB em dezembro de 2010, o que levou a um aumento do peso desta categoria de 36% para 46%, no crédito total, durante o governo Lula”.

No entanto, apesar da ampliação de acesso ao crédito, algumas discussões dividem o campo a respeito do seu efetivo potencial para o combate à pobreza. Para alguns estudiosos, é tímido o poder de penetração do microcrédito ofertado pelas instituições de microfinanças (Carvalho *et al.*, 2009), e seus impactos não refletem diretamente uma redução da pobreza (Morduch, 1999). Brau e Woller (2004) mostram que tanto as instituições de microfinanças quanto os programas governamentais de microcrédito falharam em relação a isso.

Nesse cenário, emergem as finanças solidárias (ou de proximidade). É um campo composto, principalmente, por organizações comunitárias como fundos rotativos solidários (FRS), cooperativas de crédito solidário e bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs), conforme

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt78/esp1>

2. Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) o financiamento da pesquisa que originou este trabalho.

3. Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA). *E-mail*: ariadnescalfoni@gmail.com.

4. Extensionista da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão de Desenvolvimento Territorial (Ites) na Escola de Administração da UFBA. *E-mail*: laisfrancine29@gmail.com.

5. Professor da UFBA. *E-mail*: laerson.lopes@ufba.br.

6. Professor da Universidade Federal do Cariri (UFCA). *E-mail*: jeova.torres@ufca.edu.br.

7. Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail*: elaine_araujo@id.uff.br.

Silva (2017; 2020a). As organizações do campo das finanças solidárias ampliam a noção de microfinanças, mobilizam investimentos locais, ajudam a financiar o consumo e a produção das comunidades (Coelho, 2003; Junqueira e Abramovay, 2005). Além disso, “as finanças solidárias no Brasil dirigem sua trajetória de atuação para além da oferta de crédito (...) e buscam atingir um sistema de serviços e produtos financeiros mais diversificado e ajustado às realidades do público que objetiva envolver” (Silva, 2017, p. 23).

Os BCDs, foco deste estudo, são definidos como práticas de finanças solidárias que investem simultaneamente na capacidade de trabalho e de produção da comunidade, privilegiando o consumo interno (França Filho e Silva Júnior, 2009; Paulino, 2014; Silva, 2020a). De modo simples, um BCD financia, através do microcrédito e dos vários projetos voltados para a comunidade, a construção de uma rede de empreendimentos socioprodutivos e de prestação de serviços, bem como o próprio consumo interno, por meio do uso de uma moeda social que circula no território onde atua.

De acordo com a origem e as metodologias de criação dessas experiências, quatro características básicas definem um BCD, conforme resumido a seguir.

- 1) A coordenação do BCD e a gestão dos recursos são democráticas e realizadas por uma organização comunitária – em geral, cada BCD encontra-se vinculado a uma associação local.
- 2) Criação de linhas de microcrédito para a produção e para o consumo local, com juros baixos, de modo a possibilitar geração de renda e oportunidades de trabalho no território.
- 3) A concessão e a cobrança dos empréstimos são baseadas nas relações de vizinhança e solidariedade, o que constrói um sistema de controle social.
- 4) A criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – como o cartão de crédito e, o mais comum, a moeda social circulante local –, que são reconhecidos na comunidade e ajudam a dinamizar a economia da região (RBBC, 2006; França Filho e Silva Júnior, 2009; Rigo, 2014).

Apesar da inovadora metodologia de atuação no território e do seu potencial de incluir a população mais pobre, dos 20 mil empreendimentos de economia solidária mapeados no Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (Sies), apenas 1,7% está na categoria poupança, crédito e/ou finanças solidárias (Silva, 2020a), o que indica um significativo potencial de crescimento de inclusão financeira pelos BCDs no Brasil. A nosso ver, as finanças solidárias são um campo fértil para políticas públicas que efetivamente pretendam incluir financeiramente os mais pobres.

Nesse contexto, surgiu em 2022 a pesquisa que obteve os dados aqui apresentados. O questionamento norteador foi o seguinte: como os BCDs se configuram enquanto instrumentos de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de territórios? No projeto de pesquisa, articulamos teoricamente as práticas com a noção de instrumentos de política pública, território e utilidade social. Assim, o primeiro passo foi mapear essas experiências de BCDs por ao menos duas razões.

A primeira é a ausência de informações mais detalhadas e precisas sobre o conjunto das experiências dos BCDs no Brasil. Após o levantamento de Rigo (2014), que identificou 78 experiências em 2012, a quantidade de BCDs cresceu, atingindo 103 em 2013 (Rigo, 2014) e 148 em 2021 (Pupo, 2022a). Segundo Melo Neto (2023), existem 152 BCDs no Brasil atualmente. No entanto, após o levantamento de 2012, que estudou de modo aprofundado 47 dessas experiências, nenhuma outra pesquisa tratou em detalhes um número expressivo de BCDs simultaneamente, indicando onde elas estão e – sobretudo – como estão, além de oferecer uma noção do conjunto dos bancos comunitários. É importante, portanto, obter informações mais precisas e de caráter científico as quais subsidiem a política pública de finanças solidárias que se delinea no Brasil desde 2005 e que tem passado por um período preocupante em termos de apoio, seja financeiro, seja político.

A segunda razão é a própria importância que os BCDs e as moedas sociais vêm adquirindo enquanto instrumentos de política pública. A repercussão positiva da experiência do Banco Palmas, ao longo dos anos 2000, associou-se à política pública de economia e finanças solidárias que se fortalecia no país (Silva e Pereira, 2023). Entre 2003 e 2015, o governo federal intensificou seu apoio, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), e foi possível a constituição oficial da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) em 2007.

Esse potencial das experiências dos bancos de origem comunitária é percebido com o surgimento de outras experiências similares, como os bancos municipais e suas moedas, por exemplo, o de Maricá e o de Niterói, ambos no estado do Rio de Janeiro. No Brasil, Melo Neto (2023) havia identificado onze bancos municipais, isto é, criados por leis municipais pelas respectivas prefeituras. A esse total, adicionamos o Banco Solidário Ipitanga, criado via decreto municipal de Lauro de Freitas, na Bahia, em dezembro de 2023 (Prefeitura..., 2023). Assim, catalogamos doze bancos municipais no país. Esses bancos, inclusive, usam uma ferramenta digital mantida pelas experiências comunitárias para fazer suas moedas circularem: a plataforma E-dinheiro (Rigo e Silva Júnior, 2022; Pupo, 2022b; Silva e Pereira, 2023).

Na sequência desta introdução, apresentamos o percurso metodológico para o levantamento dos BCDs. Em seguida, trazemos os principais resultados seguindo estas dimensões: i) identificação e condições gerais; ii) território e abrangência; iii) gestão democrática e pessoas; iv) inclusão financeira, microcrédito e moeda social; e v) sustentabilidade, parcerias e articulações. Por fim, tecemos algumas considerações finais que apontam os desafios e as perspectivas na percepção dos BCDs entrevistados, que, a nosso ver, representam a RBBC.

2 O MÉTODO DA PESQUISA NACIONAL (2022-2024)

A ideia de um segundo levantamento nacional dos BCDs brasileiros emergiu no início da pandemia da covid-19, quando três pesquisadores que compõem a equipe atual da pesquisa propuseram para a RBBC, em maio de 2020, um novo levantamento que fosse capaz de identificar a realidade da rede naquele momento. No entanto, por falta de recursos e diante da escassez de editais para pesquisa, somente no final de 2021 o projeto foi submetido e aprovado, no edital *CNPq/MCTI/FNDCT n. 18/2021 – Universal Faixa B*, para grupos de pesquisa consolidados.

A equipe é composta por pesquisadores de várias instituições. As instituições representadas são a Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a coordenação geral da pesquisa e mais seis membros; a Universidade Federal do Cariri (UFCA); a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); a Universidade Federal de Alagoas (UFAL); a Universidade Federal Fluminense (UFF); e a Universidade Federal do Piauí (UFPI). Além dessas universidades, destaca-se ainda a participação de um pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e de uma pesquisadora vinculada à educação básica do Colégio Santa Cruz, em São Paulo. É importante ressaltar que alguns pesquisadores da equipe estão associados a incubadoras e grupos de pesquisa que atuam no campo da economia solidária no Brasil, como o Núcleo de Estudos Aplicados a Organizações de Utilidade Social (Nous), da UFBA, que coordena a pesquisa; a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (Ites) da UFBA; o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (Liegs) da UFCA; a Ites da UFAL; e o grupo de pesquisa Organizações, Gestão e Políticas Públicas (OrGPop) da UFRB.

O projeto aprovado foi elaborado para se desenvolver em duas fases: um levantamento dos BCDs no Brasil, ao longo de três anos (de 2022 a 2024), e a realização de estudos de caso em profundidade em 2024. Neste artigo, apresentamos apenas alguns resultados da primeira fase, obtidos até outubro de 2023. O levantamento é um método de pesquisa apropriado quando o foco é o que está acontecendo ou como está acontecendo dado fenômeno (Freitas *et al.*, 2000), e a proposta da pesquisa nacional é justamente mapear os BCDs e compreendê-los melhor. Sendo assim, o instrumento de coleta de dados foi pensado para examinar ampla gama de questões, considerando inclusive que tais experiências, por sua natureza, possuem objetivos que são multidimensionais.

O formulário completo do questionário contém seis dimensões, quais sejam:

- identificação e condições gerais (D1);
- território e abrangência (D2);
- gestão democrática e pessoas (D3);
- inclusão financeira, microcrédito e moeda social (D4);
- sustentabilidade, parcerias e articulações (D5); e
- desafios e perspectivas (D6).

Para este artigo, selecionamos pontos que julgamos relevantes em cada dimensão. Na medida do possível, pontuamos outras questões que possam dar uma noção da pesquisa completa. Vale ressaltar que a sexta dimensão (D6) contém questões abertas, e o entrevistado poderia respondê-las livremente, bem como acrescentar e comentar assuntos não previstos no roteiro e no próprio questionário. Apresentaremos alguns aspectos dessa dimensão nas considerações finais e, quando pertinente, ao longo de cada dimensão, o que complementa os dados.

O levantamento identificou 167 experiências de BCDs no Brasil. Esse processo de identificação se deu a partir de listas de contatos dos BCDs e das entidades de apoio e

fomento (EAFs)⁸ que atuam diretamente com essas experiências, como o Instituto E-dinheiro Brasil (CE), o Instituto Tupinambá (PA), o Ateliê de Ideias (ES) e a Ites da UFBA (BA). Essas listagens foram combinadas com o que foi catalogado em duas pesquisas anteriores, a de Rigo (2014) e a de Pupo (2022a).

A partir dos contatos realizados pela equipe da pesquisa, via WhatsApp, ligação telefônica e *e-mail*, foi possível agendar a aplicação do questionário com 79 experiências de BCDs no Brasil. A aplicação desse questionário se deu majoritariamente por videoconferência. Somente em três situações as entrevistas ocorreram presencialmente. Assim, nas entrevistas *online*, o pesquisador indagava o respondente e preenchia as respostas em formulário impresso. Em seguida, o pesquisador passava as informações para o formulário digital do Google Forms.

Tal estratégia foi pensada para facilitar o preenchimento das informações ao longo da entrevista *online* e oferecer mais segurança ao armazenamento e à conferência das informações. A aplicação do instrumento de coleta teve duração média de noventa minutos, sendo cerca de 50% das entrevistas gravadas pelo Google Meet.

Todas as 79 entrevistas obtidas foram exportadas do Google Forms para o Microsoft Excel, e a equipe que aplicou os questionários realizou uma série de reuniões virtuais para uma “depuração” do banco de dados, padronizando respostas e discutindo dúvidas. Ao final desse processo, julgamos válidas 76 respostas. Os demais três casos, nomeamos de BCD singular, pois o modo de funcionamento se distancia da metodologia de atuação dos BCDs no Brasil. A tabela 1 detalha os quantitativos dos BCDs listados e as situações que foram identificadas até julho de 2024.

TABELA 1
BCDs entrevistados e suas respectivas situações (2023)

	Quantitativo	%
Casos válidos entrevistados	76	45,5
Casos singulares não considerados	3	1,8
Casos fechados ou não implantados	21	12,6
Casos que ainda não responderam	67	40,1
Total de casos identificados	167	100

Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

No que se refere às análises, tendo em vista a natureza objetiva da maioria dos dados coletados, elaboramos quadros e tabelas que sintetizam valores absolutos ou percentuais das respostas. Na sequência, enfatizamos resultados mais destacados em cada dimensão para otimizar a apresentação dentro das limitações de espaço deste artigo.

8. Para mais detalhes sobre EAFs e sua relevância na atividade de empreendimentos de economia solidária no Brasil, ver Silva (2020b).

3 PRINCIPAIS RESULTADOS POR DIMENSÃO

3.1 Identificação e condições gerais (D1)

O levantamento nacional em curso objetiva identificar e obter informações de todas as experiências de BCDs no Brasil. Nesse sentido, não foram desconsiderados BCDs recém-inaugurados e inativos. O intuito é diagnosticar os problemas enfrentados por eles para que EAFs possam orientar suas ações no sentido de reconstruí-los ou fortalecê-los enquanto importante instrumento de política pública nacional para o desenvolvimento de territórios.

Nesse levantamento, em 2023, apenas 26% consideraram não ter dificuldades para funcionar, e 31% declararam ter tais dificuldades. Além dessas duas situações, 30% se declararam inativos, e 13% indicaram estar em processos de implementação ou reestruturação. Em termos absolutos, consideramos BCDs ativos os 70% dos respondentes, o que corresponde a 54 casos. Em algumas análises, desconsideramos os inativos; em outras, não, pois suas opiniões são importantes para os propósitos desta pesquisa.

TABELA 2

Situação reconhecida do funcionamento pelos BCDs (2023)

Região	Funcionavam com dificuldades	Funcionavam sem dificuldades	Em implantação ou reestruturação	Inativo	Número de BCDs pesquisados
Norte	2	1	3	5	11
Nordeste	8	7	3	12	30
Centro-Oeste	2	1	2	1	6
Sudeste	11	10	2	4	27
Sul	1	1	0	0	2
Total	24	20	10	22	76
Total (%)	31	26	13	30	100

Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Ainda no que diz respeito às condições gerais dos BCDs, identificamos que 47% da amostra conta com sede própria, enquanto 44% têm sede alugada ou cedida. Verificamos também que 88% dos BCDs possuem algum item tecnológico (internet, computador, impressora, telefones etc.) nas atividades cotidianas, e 5% não contam com qualquer item. Além disso, 76% dos BCDs ativos entrevistados não têm personalidade jurídica própria e estão abrigados no formato jurídico das respectivas entidades gestoras, entre as quais 83% são associações comunitárias.

Ressaltamos a fundamental relação dos BCDs com suas entidades gestoras; estão imbricados não apenas em termos jurídicos, mas também em termos de recursos, ações e pessoas. Considerando o que foi apresentado em Rigo (2014), percebemos que a separação entre o BCD e a entidade gestora era mais evidente no levantamento de 2012, sendo a entidade apenas

um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CPNJ) de referência, e que, quando muito, compartilhavam a sede. Isso ajuda a entender a sustentabilidade dos BCDs e pode explicar a existência/resistência deles, os quais, mesmo nos casos em que não há fundo de crédito e circulação da moeda social, continuam atuando nos seus territórios a partir dessa relação com a entidade gestora.

3.2 Território e abrangência (D2)

A pesquisa também permitiu obter importantes informações a respeito dos territórios onde os BCDs atuam. De acordo com os dados coletados, a maioria dos BCDs (69%) estão situados em áreas urbanas, enquanto 27% estão em regiões rurais e 4% localizam-se em áreas que compreendem tanto zonas urbanas quanto rurais. A tabela 3 detalha um pouco mais essas áreas, mas não inclui os BCDs inativos.

TABELA 3
Tipos de territórios onde os BCDs atuam

Classificação	Número de BCDs respondentes	BCDs respondentes (%)
Bairro de grande cidade	14	26
Comunidade/favela	11	20
Distrito da cidade	1	2
Pequeno município (até 50 mil habitantes)	12	22
Território urbano (até 50 mil habitantes)	1	2
Comunidade tradicional	9	17
Assentamento de reforma agrária	1	2
Povoado ou distrito rural	5	9
Total geral	54	100

Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Conforme levantamento atual, grande parte dos BCDs estão situados em bairros de grandes cidades (27%), mas um número considerável encontra-se em pequenos municípios (22%); em comunidades/favelas (20%); e em comunidades tradicionais (17%). Essa presença em áreas de menor população destaca a importância dos BCDs em fornecer apoio ao desenvolvimento de comunidades menores. Além disso, as relações de proximidade e de confiança que podem estar mais fortalecidas nessas comunidades são fundamentais para a criação e a manutenção das experiências de finanças solidárias. A tabela 3 mostra ainda BCDs instalados em assentamentos de reforma agrária, distritos de cidades e territórios urbanos com menos de 50 mil habitantes.

Ao destacarmos as comunidades tradicionais, vemos que cinco BCDs estão em comunidades ribeirinhas; dois, em comunidades de marisqueiras e pescadores; um, em comunidade quilombola; e um denominou seu território de comunidade rural tradicional. Encontramos

ainda experiências que, embora não tenham sede localizada nesse tipo de comunidade, possuem serviços financeiros direcionados ao público pertencente aos territórios com características identitárias similares.

Outra característica importante, que se manteve desde 2012, é a inclusão financeira proporcionada pelos BCDs para mulheres, aspecto também evidenciado por Silva Junior e Rigo (2022a). De acordo com os respondentes, 65% do público atendido é composto por mulheres adultas. Em 2012, esse percentual era de 68%.

Ainda na dimensão de território e abrangência, 24% dos respondentes estão a mais de 15 km de distância dos serviços bancários tradicionais, e 59% se encontram a até 5 km deles. Vale ressaltar que, independentemente da distância, uma parte desses BCDs indicaram não haver serviços bancários dentro dos respectivos territórios de atuação (29 casos ou 53% dos respondentes que se encontram ativos).

3.3 Gestão democrática e pessoas (D3)

A tabela 4 mostra o número significativo de voluntários de caráter permanente que estão vinculados às atividades cotidianas dos BCDs. Em sua maioria, são agentes de crédito e coordenadores que, tendo a remuneração interrompida devido à finalização dos projetos que sustentam os BCDs, continuam atuando na esperança da retomada da remuneração e da continuidade dos projetos. O número de pessoas assalariadas (37) e o de prestadores de serviços (41) são relativamente próximos, porém é significativamente menor em comparação ao de pessoas voluntárias (126).

TABELA 4
Pessoas e vínculos nos BCDs (2023)

Classificação	Contratação formal: assalariado(a)	Contratação formal: prestação remunerada de serviços	Relação informal: prestação remunerada de serviços por tempo indeterminado	Relação informal: prestação remunerada de serviços eventuais	Voluntário(a) de caráter permanente	Voluntário(a) de caráter eventual	Estagiário(a) ou aprendiz permanente	Outros
Mulheres	22	24	1	1	64	8	7	3
Homens	15	17	3	2	43	9	1	3
Não binários	0	0	0	1	2	0	0	0
Total	37	41	4	4	109	17	8	6

Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Esse número destacado de pessoas na condição de voluntárias levanta uma questão importante no universo dos BCDs brasileiros: seria essa uma fragilidade ou um indício de resiliência no enfrentamento dos problemas locais? A nosso ver, ambas podem ser ponderadas.

Do lado da fragilidade, como veremos mais adiante, esse é um dos principais desafios indicados pelas experiências dos BCDs entrevistados. A falta de pessoas, sobretudo remuneradas, para se dedicarem a desenvolver as ações do BCD fragiliza a necessária mobilização comunitária, o acompanhamento do uso do crédito produtivo e as articulações para apoio e obtenção de recursos para a instituição. Além disso, sendo tais iniciativas baseadas na autogestão e na gestão democrática, a capacidade de manter e remunerar pessoas engajadas com o desenvolvimento local torna-se muito importante para o bom funcionamento do BCD no território.

Do lado da resiliência, os BCDs são experiências com propósitos multidimensionais (Leal e Silva Junior, 2024; Silva Junior e Rigo, 2022b). Por essência, esses bancos são agentes que buscam transformar a dinâmica social do território; tentam trazer à pauta as diversas questões que afetam as pessoas, por exemplo, o acesso à cultura, à educação e à saúde; e vão além das questões materiais mais imediatas. A manutenção dessas pessoas na condição de voluntárias pode revelar essa abrangência de propósitos e o próprio engajamento das lideranças locais, sem necessariamente serem remuneradas. Isso porque a lógica da reciprocidade, habitual nas experiências comunitárias, permite às pessoas o acesso a recursos por meio da “troca solidária de bens e serviços, a mutualização e partilha de recursos, a produção para autoconsumo ou a ajuda mútua, entre outros” (França Filho e Eynaud, 2020, p. 245).

Portanto, quando os BCDs são capazes de se legitimarem perante a comunidade como agentes mobilizadores desses recursos e atentos às outras diversas questões, é natural que as pessoas se aproximem e se mantenham vinculadas de forma mais perene, ainda que não haja uma contrapartida financeira imediata para tal vinculação. No entanto, é importante tratar os BCDs como importantes instrumentos de política pública para o desenvolvimento local, de modo que sejam viabilizados recursos para que tais iniciativas sejam adequadamente fomentadas. Assim, o número de voluntários poderá significar mais engajamento do que fragilidade.

3.4 Inclusão financeira, microcrédito e moeda social (D4)

A primeira questão da dimensão relativa aos serviços financeiros oferecidos pelos BCDs, sua atividade fim, relaciona-se à circulação ou não de moeda social. A criação e a circulação da moeda social no território são partes integrantes da metodologia de ação dessas iniciativas, mas nem sempre são facilmente implementadas. Em muitos casos, a circulação é restrita em termos de amplitude (uma parte do território) e tempo de circulação (circula mais intensamente por pouco tempo). De acordo com os dados levantados, a RBBC conta com 22 BCDs inativos, e uma parte opera com dificuldade (24 BCDs), o que leva ao enfraquecimento da circulação das moedas sociais. No momento da pesquisa, mais da metade dos BCDs entrevistados (58%) afirmaram não estar com suas moedas sociais em circulação, seja em papel, seja digital (via plataforma E-dinheiro).⁹

9. Para explicação mais abrangente sobre o surgimento e a relevância da plataforma E-dinheiro para os BCDs no Brasil, ver Melo Neto (2023) e Silva e Pereira (2023).

Vale notar ainda que, dos vinte BCDs que indicaram estar operando normalmente, cinco deles estão com a circulação da moeda social interrompida. Dois desses cinco BCDs afirmaram não haver fundo (lastro) para a circulação da moeda. Um indicou falta de segurança, e outro informou que está planejando como implementar a moeda social, tendo em vista que atua em vários territórios. Por fim, o último informou que, após migrar para a plataforma digital, a moeda parou de circular.

TABELA 5
Circulação de moeda social e situação dos BCDs

Situação dos BCDs	Circulação da moeda social		
	Não	Sim	Total
Em funcionamento e operando sem dificuldades	5	15	20
Em funcionamento, mas operando com dificuldade	9	15	24
Em implantação ou reestruturação	8	2	10
Inativo	22	0	22
Total geral	44 (58%)	32 (42%)	76 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Sem dúvidas, essa foi a dimensão mais desafiadora para esta pesquisa. De um lado, temos a grande importância de levantar informações sobre o montante de crédito e a circulação de moedas que os BCDs operam, de modo a permitir pensar ações e políticas públicas voltadas a fortalecer a realidade e as demandas financeiras dessas experiências. De outro lado, temos uma realidade em que a maioria dos BCDs possuem fragilidade no registro contínuo das informações de crédito e circulação de moeda social. Isso gera perda considerável de informações, o que impacta a sua gestão e o seu funcionamento.

Assim, diversas experiências não souberam responder a questões sobre volume de crédito mensal, fundo de crédito disponível, inadimplências etc. Esse é um desafio antigo dos BCDs no Brasil. É também longo o desejo de criação de um sistema de gestão dos bancos comunitários que pudesse substituir os inúmeros arquivos de planilhas de cálculo e editores de textos que precisam ser utilizados diariamente pelos agentes de créditos, os quais costumam ser corrompidos ou se perder nas pastas dos computadores.

Na tabela 6, apresentamos a soma dos valores dos fundos disponíveis nos BCDs para a circulação da moeda em papel e o volume mensal que circula na plataforma digital das experiências que responderam a essas questões. Podemos perceber as variações em ambas as situações para oferecer uma noção da heterogeneidade quanto ao porte das experiências. Optamos por apresentar separadamente o caso do Banco Mumbuca e de sua moeda, do município de Maricá (RJ), pois, tendo em vista o considerável volume de recursos para a circulação da moeda, trata-se de um caso notório – entre os BCDs pesquisados – que inspirou as demais situações que estão sendo denominadas “bancos e moedas sociais municipais”.¹⁰

10. Para análise mais detalhada do caso do Banco Mumbuca, ver Silva e Pereira (2023).

TABELA 6

Resumo dos volumes de recursos disponíveis e em circulação: moedas sociais em papel e digitais

Tipo de moeda social	BCDs	Fundo atual disponível (R\$)	Mínimo (R\$)	Máximo (R\$)	Volume em circulação atual (R\$)	Mínimo (R\$)	Máximo (R\$)
Papel	17	323.500	0	100.000	242.792	500	100.000
E-dinheiro	21	-	-	-	342.800 ¹	100	80.000
E-dinheiro mumbuca	1	-	-	-	40.000.000 ¹	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Por mês.

Obs.: Houve 39 BCDs respondentes.

A pesquisa mostrou que a maioria dos BCDs acredita nas vantagens de usar a plataforma E-dinheiro para a circulação da moeda social. Dos 22 BCDs que usam a plataforma, a maioria indicou que não teve impactos negativos relevantes (54,5%) após implementá-la. No entanto, 27,3% indicaram que os comerciantes têm dificuldade para aderir ao uso do E-dinheiro, o que poderia se associar com o potencial da plataforma para diminuir, e não aumentar, a circulação da moeda social na comunidade.

Apesar das vantagens, o uso da plataforma E-dinheiro é desafiador para os BCDs que fazem uso dela. As principais dificuldades apontadas, conforme consta na tabela 7, foram: acesso à internet ou a equipamentos necessários (15,8%); uso da tecnologia pelos moradores (15,8%); e falta de assessoria por parte do Instituto E-dinheiro (14,5%). Entre as opções em “*outros*”, destacam-se os problemas inerentes à própria plataforma, como dificuldades nas recargas de celular e falha em algumas funcionalidades. Além disso, é necessário evidenciar os desafios em estabelecer relações de identidade e cultura no ambiente financeiro digital, tal qual é possível obter com as moedas físicas, que carregam em seus nomes e em seus traços físicos os elementos de identidade e pertencimento de um território.

TABELA 7

Principais dificuldades no uso da plataforma E-dinheiro

Dificuldades no uso da plataforma E-dinheiro	Quantidade	%
Dificuldade de acesso à internet ou a equipamentos necessários	12	15,8
Falta de confiança por parte dos coordenadores dos BCDs	4	5,3
Falta de confiança por parte dos moradores	10	13,2
Falta de confiança por parte dos comerciantes	8	10,5
Falta de assessoria por parte do Instituto E-dinheiro	11	14,5
Dificuldade no uso da tecnologia pelos moradores	12	15,8
Outros	19	25
Total geral	76	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Vários estudos mostram que o papel dos BCDs no território ultrapassa a oferta de crédito para os mais pobres e o uso da moeda social (Leal e Silva Junior, 2024; França Filho e Eynaud, 2020; Rigo, 2014). Por exemplo, os BCDs constroem e se vinculam a vários projetos sociais e acabam por oferecer serviços não financeiros. No que diz respeito a esses serviços ofertados, as articulações e as capacitações se destacam (73,3%), seguidas por assessoria à gestão de empreendimentos (51,1%); apoio a ações culturais (37,8%); e apoio ao acesso a políticas públicas (35,6%). Menos significativas em termos percentuais, mas não menos importantes, identificamos o seguinte: ações natalinas, orientações jurídicas, trocas solidárias, feiras, apoio à comercialização, apoio às mulheres em situação de violência doméstica etc.

3.5 Sustentabilidade, parcerias e articulações (D5)

Em relação à origem dos recursos para criar BCDs e iniciar as atividades, verificamos três fontes principais e simultâneas de recursos: i) doações de pessoas físicas ou empresas (21,8%); ii) editais e recursos públicos (17,3%); e iii) projetos de entidades de apoio e fomento (17,3%). Quando observamos as fontes de recursos para a manutenção das atividades dos BCDs, as fontes públicas perdem importância. A mobilização de recursos via editais, recursos públicos não reembolsáveis e projetos de entidades de apoio, que muitas vezes são implementados com recursos públicos, constituem apenas 7%.

Nota-se que as fontes atuais de recursos para manter atividades são diferentes das fontes para criar BCDs e iniciar tais atividades. Das respostas para cada um desses momentos (constituição e funcionamento), podemos inferir que, à medida que os recursos para iniciar as atividades acabam, os BCDs começam a enfrentar dificuldades para obter capital de outras fontes. Desse modo, as principais fontes atuais para manter as atividades dos BCDs são os recursos da entidade gestora, as taxas de juros das linhas de crédito e as taxas provenientes das operações na plataforma E-dinheiro, que correspondem a 30% das respostas, sendo 10% cada uma das três opções.

Ainda quanto a essa questão, os 33 BCDs (24%) que responderam “*não há fontes*” chamam atenção. Isso, na nossa análise, é explicado pelos 22 BCDs inativos e pelos outros onze que são, em grande parte ou totalmente, custeados pelas respectivas entidades gestoras.

TABELA 8

Fontes de recursos para a manutenção das atividades dos BCDs

Fontes atuais de recursos	Total geral	%
Não há fontes	33	24
Recursos da entidade gestora	13	10
Taxas provenientes das operações na plataforma E-dinheiro	13	10
Taxas de juros das linhas de crédito	13	10
Projetos de entidades de apoio e fomento (incubadoras, fundações, associações etc.)	10	7
Editais e recursos públicos não reembolsáveis	9	7

(Continua)

(Continuação)

Fontes atuais de recursos	Total geral	%
Doações de pessoas físicas ou empresas	8	6
Taxa de Administração de Crédito (TAC)	5	4
Remuneração dos correspondentes bancários	5	4
Doação de organismos internacionais	3	2
Realização de curso, capacitações e assessorias remuneradas	3	2
Empréstimo e/ou financiamento em cooperativa de crédito	2	1
Fundo solidário ou banco comunitário	2	1
Empréstimo e/ou financiamento de bancos comerciais, públicos ou privados	0	0
Empréstimo e/ou financiamento do Banco do Povo ou similar	0	0
Organização da sociedade civil de interesse público de microcrédito	0	0
Outros	17	13
Total	136	100

Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Da mesma forma que ocorre para constituir o BCD, para a manutenção das suas atividades, também são realizadas arrecadações comunitárias. Ao analisar a resposta “*outros*”, identificamos que, das dezessete respostas, sete delas podem ser categorizadas em *arrecadações comunitárias*, as quais mobilizam recursos financeiros por meio de bingos, rifas, livros de ouro, comercialização de alimentos e bazares. As categorias “*oferta de outros serviços (financeiros, prestação de serviços)*” e “*doações*” também se destacam com três respostas na opção “*outros*”. Assim, também para mantê-los, recursos provenientes de ações coletivas e atos de reciprocidade são comuns e muito importantes.

A sustentabilidade dos BCDs, em termos de recursos financeiros, é bastante crítica, pois 54,4% dos entrevistados (43 BCDs) informaram não ter qualquer receita para manter suas atividades. Obviamente que 24 deles são os que se declararam inativos, ao passo que dois estão em processo de implementação; quatro estão em processo de reestruturação; e nove outros operam com dificuldades. No entanto, quatro desses nove BCDs que operam com dificuldades seguem normalmente em atividade, apesar da ausência de receitas. Nesses casos, trata-se de uma percepção do que são as receitas mensais: há fontes de recursos, embora elas não sejam diretamente provenientes da atividade-fim do BCD (taxas das linhas de crédito, taxas de uso da plataforma E-dinheiro, doações etc.). Novamente, temos aqui a imbricação com a entidade gestora, pois é dela a fonte de recursos. Vale ressaltar que essa é a realidade de muitos BCDs, o que torna as parcerias determinantes para sua sustentabilidade e para a manutenção das suas atividades.

Tais elementos reforçam aquilo que formulamos, anteriormente, sobre as diversas formas que as organizações sociais – como no caso dos BCDs – possuem para mobilizar recursos (financeiros, materiais e humanos). Além da lógica da reciprocidade, há também a da redistribuição, em que as organizações mobilizam recursos por meio de parcerias, contratos e financiamentos

com diversos agentes públicos (França Filho e Eynaud, 2020; Rigo, 2014), como nos exemplos citados pelas pessoas entrevistadas.

Embora não tenham receitas ou enfrentem dificuldades para obtê-las, as despesas mensais são recorrentes. Quanto aos principais gastos, a maioria das respostas informam que as despesas de custeio (telefone, energia, materiais de escritório etc.) correspondem a 33%, seguidas de pagamento de pessoal (20%), de aluguel (10%) e de transporte (6%). Outras despesas menos significativas foram: taxas cartoriais, hospedagem, alimentação, pedágio, apoios e patrocínios.

No que tange às dificuldades enfrentadas para a obtenção de recursos, como mostra a tabela 9, 25% informam haver falta de editais públicos; 14%, falta de apoio para elaborar projetos; e 11%, burocracia dos agentes financeiros.

No entanto, chama atenção a opção “*outros*”, em que 27% das citações referem-se à falta de pessoal como um dos principais fatores que impedem a busca por recursos financeiros; à falta de articulação dos BCDs; e à falta de apoio público. Em outras palavras, tais dificuldades de financiamento não advêm somente das condições de oferta pelos agentes públicos ou privados, mas também das dificuldades organizacionais e políticas enfrentadas pelos BCDs na busca de financiamento.

TABELA 9
Dificuldades para obtenção de recursos

Dificuldades para obtenção de recursos	Total	%
Não há dificuldades	9	7
O empreendimento não possui a documentação exigida pelo agente financeiro	5	4
Taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento	2	1
Prazos de carência inadequados	2	1
Falta de aval ou garantia	5	4
Falta de apoio para elaborar projetos	20	14
Burocracia dos agentes financeiros	15	11
Falta de linha de crédito adequada	9	7
Falta de editais públicos	34	25
Outros	37	27
Total	138	100

Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Outrossim, as parcerias são fundamentais para a sustentabilidade dos BCDs, e, considerando as respostas dos 68 entrevistados que indicaram as distintas parcerias que possuem, podemos sistematizá-las em seis tipos, conforme descrito adiante.

- 1) Financiamento: caracteriza-se por parcerias que, de alguma forma, ajudam na captação de recursos financeiros para o BCD, seja para fundo de crédito, seja para circulação da moeda, seja para execução de atividades em geral.

- 2) Assessoria: engloba as variadas parcerias que contribuem para aspectos técnicos do funcionamento dos BCDs (circulação da moeda, linhas de crédito etc.), podendo ser jurídica e mesmo associada ao uso de tecnologias e da plataforma E-dinheiro.
- 3) Apoio: um pouco mais amplo do que as formas de assessorias, foi um termo utilizado pelos BCDs para indicar tipos de parcerias mais pontuais e específicas, por exemplo, apoio na circulação da moeda social.
- 4) Estrutura: traduz os espaços físicos para o funcionamento dos BCDs ou de algumas atividades. Identificamos com isso a relação umbilical entre eles e suas entidades gestoras.
- 5) Articulação: tem o sentido aproximado da ideia de apoio, mas significa a entrada e a permanência dos BCDs em redes locais, regionais ou nacionais, bem como os passos dados em direção às próprias parcerias, por exemplo, para obtenção de recursos, elaboração de projetos etc.
- 6) Formação: é parte constante do processo de atuação dos BCDs no território, desde sua criação. Podemos considerar também as capacitações, embora sejam processos formativos mais curtos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Para finalizar, apontamos os desafios e as perspectivas (D6) na percepção das pessoas entrevistadas nos BCDs, sobretudo a partir das questões abertas que foram disponibilizadas ao final da entrevista, as quais buscaram captar, de forma livre e autônoma, suas indicações.

As principais dificuldades apontadas foram a falta de recursos, ligada à carência de editais públicos; e a falta de pessoas engajadas no trabalho (de forma remunerada), ligada à dificuldade de apoio para elaboração de projetos. Apesar das adversidades mencionadas, as perspectivas dos BCDs nos territórios e da RBBC no país são positivas de maneira geral. Notamos uma expectativa satisfatória com as possíveis ações do atual governo federal (2022-2026), o surgimento de novos editais de apoio à economia solidária e, em particular, as finanças solidárias. A expectativa que identificamos é a de que o atual contexto facilite a reestruturação de vários BCDs nos territórios, ampliando a oferta de crédito e a circulação da moeda social. Em consequência, as perspectivas para a RBBC é crescer e se consolidar como principal entidade de congregação e articulação das experiências no país. Nesse sentido, tais perspectivas coadunam-se com o que os BCDs pensam sobre a importância das políticas públicas: “as políticas precisam ser efetivas e não somente existir” (informação verbal).¹¹

No entanto, muitos reclamam atenção da gestão da RBBC para os BCDs menores, notadamente aqueles que ainda não usam a plataforma E-dinheiro. De modo geral, essa plataforma é vista como avanço em direção não apenas das facilidades tecnológicas que ela proporciona, mas também da sustentabilidade da rede por meio das taxas que ela permite obter e distribuir. Ainda assim, há dificuldades e inseguranças dos BCDs menores em relação a utilizá-la.

11. Entrevista concedida pelo Banco de Desenvolvimento Comunitário Maringá. Entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2023. Entrevistadora: Laís Francine Nascimento de Jesus. Salvador, 2023.

Por fim, sistematizamos a seguir algumas recomendações dos BCDs para fortalecer a RBBC e seguir construindo uma política pública de finanças solidárias mais eficaz no Brasil.

- 1) Fortalecer a RBBC com formação sociopolítica, articulando projetos voltados para a economia solidária e para os BCDs.
- 2) Dar o suporte necessário aos BCDs existentes, principalmente aos menores e mais distantes, com recursos e auxílio na elaboração de projetos.
- 3) Melhorar a comunicação em geral, com mais acesso a informações e divulgação das atividades dos BCDs e da rede, bem como democratizar as decisões.
- 4) Mobilizar e rearticular a rede, trocando experiências e reaproximando os atores para a construção de novas estratégias e mais parcerias com instituições de ensino superior.
- 5) Melhorar a área da tecnologia e os recursos financeiros dos BCDs, para a estabilidade constante e a manutenção dessas organizações.
- 6) Criar uma instituição financeira para os BCDs, como um “banco dos BCDs”, com fundos que possam sustentar as transações de toda a rede para atender a população mais pobre em todos os territórios onde eles atuam. Em resumo, criar “um Banco Comunitário do Brasil para captar recursos, empréstimos a juros baixos. A rede pode ter um grande banco” (informação verbal).¹²

Finalmente, após esses primeiros resultados, nosso intuito é dar continuidade ao levantamento dos BCDs e também ampliá-lo para outras experiências de finanças solidárias. Estamos criando o Observatório das Finanças Solidárias (OFiSol), composto por um grupo de pesquisadores, estudantes, ativistas e organizações envolvidas no campo, os quais, juntos, desenvolverão caminhos e métodos para a identificação e a organização das informações do campo das finanças solidárias no Brasil. Esse passo está sendo dado em um momento fundamental diante do movimento que toma fôlego para a criação do Sistema Nacional de Finanças Solidárias. Um banco de dados atualizado e sistematizado é um primeiro e importante meio para oferecer informações precisas sobre os BCDs e outras experiências de finanças solidárias, de modo que os investimentos públicos, os apoios privados e os esforços da RBBC sigam na direção da superação dos desafios de cada experiência da rede.

REFERÊNCIAS

BRAU, J. C.; WOLLER, G. M. Microfinance: a comprehensive review of the existing literature. **Journal of Entrepreneurial Finance**, v. 9, n. 1, p. 1-27, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.57229/2373-1761.1074>.

CARVALHO, D. M. *et al.* Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza? *In*: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Anais...** Porto Alegre: Sober, 2009. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/196.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2024.

12. Entrevista concedida pelo Banco de Desenvolvimento Comunitário Maringá. Entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2023. Entrevistadora: Laís Francine Nascimento de Jesus. Salvador, 2023.

COELHO, F. D. (2003). Finanças solidárias. *In*: CATTANI, A. D. *et al.* (Org.). **Dicionário internacional da outra economia**. Lisboa: Edições Almedina, 2009. p. 153-164.

FRANÇA FILHO, G. C. de; EYNAUD, P. (Org.). **Solidariedade e organizações**: pensar uma outra gestão. Salvador: Ed. UFBA, 2020.

FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JÚNIOR, J. T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). *In*: CATTANI, A. D. *et al.* (Org.). **Dicionário internacional da outra economia**. Lisboa: Edições Almedina, 2009. p. 31-36.

FREITAS, H. *et al.* O método de pesquisa *survey*. **Revista de Administração**, v. 35, n. 3, p. 105-112, jun.-set. 2000. Disponível em: <http://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/3503105.pdf>.

JUNQUEIRA, R. G. P.; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração da USP**, v. 40, n. 1, p. 19-33, jan.-mar. 2005.

LEAL, M. G. de S. B.; SILVA JUNIOR, J. T. Improving the social utility evaluation of Brazilian community banks: a study on Banco dos Cocais. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 18, n. 1, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n1-018>.

MELO NETO, J. (Org.). **As moedas sociais do Brasil**: do Palmacard ao E-dinheiro. Fortaleza: Arte Visual Gráfica e Editora, 2023.

MORA, M. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Brasília: Ipea, jan. 2015. (Texto para Discussão, n. 2022). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MORDUCH, J. The microfinance promise. **Journal of Economic Literature**, v. 37, n. 4, p. 1569-1614, dez. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/jel.37.4.1569>.

PAULINO, A. G. L. (Org.). **Economia solidária como projeto cultural e político**: a experiência do Banco Palmas. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

PREFEITURA decreta a criação do banco solidário e da moeda social de Ipitanga. **Prefeitura Lauro de Freitas**, 2023. Disponível em: <https://laurodefreitas.ba.gov.br/2022/noticia/prefeitura-decreta-a-criacao-do-banco-solidario-e-da-moeda-social-de-ipitanga/4736>. Acesso em: 4 jul. 2024.

PUPO, C. G. de P. **Finanças solidárias no Brasil**: bancos comunitários, moedas locais e a força dos lugares. 2022. 412 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022a. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15062022-191912/pt-br.php>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PUPO, C. G. de P. Entre os nexos dos circuitos da economia urbana e novas possibilidades financeiras: o uso da moeda digital mumbuca E-dinheiro em Maricá (RJ). **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 12, n. 1, p. 63-83, 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.54446/bcg.v12i1.2843>.

RBBC – REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco comunitário**: serviços solidários em rede. Fortaleza: Instituto Palmas, 2006.

RIGO, A. S. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil**: ações e implicações teóricas e práticas. 2014. 344 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23908/1/ARI%c3%81DNE%20SCALFONI.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T. Social currencies as public policy instruments: the case of municipal currencies in Brazil. *In*: BIENNIAL RAMICS CONGRESS, 6., 2022, Sofia. **Proceedings...** Sofia: Ramics, 2022.

SILVA, S. P. **Economia solidária e finanças de proximidade**: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. Brasília: Ipea, jan. 2017. (Texto para Discussão, n. 2270). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7423>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, S. P. Finanças solidárias no Brasil: caracterização, tipos organizacionais e suas dimensões estruturais. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020a. p. 99-128.

SILVA, S. P. Entidades de apoio e fomento à economia solidária no Brasil: uma análise exploratória. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020b. p. 151-168.

SILVA, S. P.; PEREIRA, C. A. **Bancos comunitários, moedas sociais e políticas públicas**: da experiência pioneira do Banco Palmas (Fortaleza-CE) ao modelo difusor do Banco Mumbuca (Maricá-RJ). Brasília: Ipea, jan. 2023. (Texto para Discussão, n. 2843).

SILVA JUNIOR, J. T.; RIGO, A. S. Social utility of solidarity finance: Brazilian community development banks in perspective. **Revista da ABET**, v. 21, n. 2, p. 1-16, jul.-dez. 2022a. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/63903/37136>.

SILVA JUNIOR, J. T.; RIGO, A. S. Decid: uma matriz de indicadores para avaliar a utilidade social de empreendimentos de finanças solidárias. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, v. 74, p. 145-166, out. 2022b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt74/espp2>.